

NEGÓCIOS E MORALIDADE: UMA ANÁLISE FILOSÓFICA PARA UMA ÉTICA EMPRESARIAL

**Roberto Mourtada HAKIM¹
Sílvio César Moral MARQUES²**

INTRODUÇÃO

A ética está “na moda”, ou pelo menos verbalmente em voga. Políticos, empresários, articulistas, médicos e professores reclamam, dia após dia, da falta de moral em que se encontram suas profissões e a sociedade como um todo, e dos dilemas que enfrentam em razão de tal situação, aparentemente sem saída. Algumas iniciativas, como a proposta pelo Instituto Ethos de Empresa e Responsabilidade Social, buscam demonstrar a necessidade da ética na vida das empresas; mas, apesar deste esforço para a expansão de uma consciência ética no mundo empresarial, a principal pergunta não foi ainda respondida: afinal, o que é a ética e, mais precisamente, o que é a ética empresarial?

Neste texto buscar-se-á, em um primeiro momento, apresentar uma compreensão dos objetivos e finalidades da ética, para, em seguida, expor qual seria a necessidade desta no atual mundo das

⁽¹⁾ Mestrando em Filosofia na PUC-Campinas, bolsista CAPES.

⁽²⁾ Mestre em Filosofia pela PUC-Campinas, doutorando em Filosofia na USP.

organizações, e, por último, esboçar o que seria uma possível ética empresarial.

1 - ENTRE ÉTICA E MORAL

1.1 - Origem e significado do termo “ética”

Muitas vezes se utiliza a palavra “ética” como sinônimo de “moral”, ou seja, um conjunto de princípios, normas, preceitos e valores que rege a vida dos povos e dos indivíduos. A palavra “ética” procede do grego “*ethos*”, que significa originalmente “morada”, “lugar onde vivemos”; porém, posteriormente passou a significar “o caráter”, o “modo de ser” que uma pessoa ou grupo vai adquirindo ao longo de sua vida. Por sua vez, o termo “moral” deriva do latim “*mos, moris*”, que primeiramente significava “costume”; contudo, logo passou a significar também “caráter” ou “modo de ser”. Desta maneira, “ética” e “moral” confluíram desde a etimologia para um significado semelhante: tudo aquilo que se refere ao modo de ser ou caráter adquirido como resultado da colocação em prática de alguns costumes ou hábitos considerados bons.

Dadas essas aproximações etimológicas, não é estranho que os termos “moral” e “ética” apareçam como intercambiáveis em muitos contextos cotidianos: fala-se, por exemplo, de uma “atitude ética” para se fazer referência ao “moralmente correta” segundo determinado código moral; ou qualifica-se um comportamento como “pouco ético”, para significar que não se ajustou aos padrões habituais da moral vigente.

Não obstante o exposto acima, será considerado aqui que o termo “Ética” refere-se a Filosofia moral, e o termo “Moral” será usado para denotar os distintos códigos morais existentes. Esta distinção é útil, posto que se admite que sejam dois patamares de reflexão diferentes, dois níveis de pensamento e linguagem acerca da

ação moral, e por isso torna-se necessária a utilização de dois termos distintos para não obscurecer a discussão.

Assim, denomina-se “moral” o conjunto de princípios, normas e valores que cada geração transmite à seguinte, confiando que este seja um bom legado de orientações sobre o modo de comportar-se para levar uma vida boa e justa. E chamar-se-á “ética” a essa disciplina filosófica que constitui uma reflexão de segunda ordem sobre os problemas morais. A pergunta básica da moral seria: “que devemos fazer?”, ao passo que a questão central da ‘ética’ seria: “por que devemos?”, ou seja, “que argumentos garantem e sustentam o código moral que estamos aceitando como guia de conduta?”

A ética é aqui compreendida como uma parte da filosofia que se dedica a refletir sobre a moral. Já em sua origem, entre os filósofos da antiga Grécia, a ética é um tipo de *saber normativo*, ou seja, um saber que pretende orientar as ações humanas; ora, também a moral é um saber que oferece orientações para a ação. Mas, ao passo que a moral propõe ações concretas em casos reais, a ética - como Filosofia moral - dirige-se à reflexão sobre as distintas moralidades e sobre os diversos modos de justificar racionalmente a vida moral, de modo que sua maneira de orientar a ação é indireta: a ética somente indicaria que concepção moral é mais razoável para que, em consequência dela, possamos orientar os nossos comportamentos.

Desta forma, a ética é um tipo de saber que pretende orientar a ação humana em um sentido racional; e tem, em um primeiro sentido, a tarefa de mostrar como deliberar bem com o objetivo de fazer boas escolhas. Para auxiliar na tomada de decisões entre cursos de ação divergentes, a ética objetiva, através da reflexão racional, ensinar dois pontos fundamentais; quais sejam:

- Aprender a tomar decisões prudentes;
- Aprender a tomar decisões moralmente justas.

1.2 Tomar decisões prudentes

Quando se afirma que a ética visa ensinar a tomada de decisões prudentes, deve-se perguntar em primeiro lugar o que são decisões prudentes. Aqui será utilizada como guia a concepção aristotélica de prudência, em detrimento de outras concepções surgidas no transcorrer da história da filosofia³.

Aristóteles faz uma divisão entre os saberes teóricos⁴ (do grego *theorein*: ver, contemplar), os saberes poiéticos⁵ (do grego *poiein*: fazer, fabricar, produzir) e os saberes práticos⁶ (do grego *praxis*: o que fazer, tarefa, negócio). Nesta classificação, os saberes práticos estão agrupados sob a denominação de “filosofia prática”, que contém a Ética (que para Aristóteles é o saber prático que orienta a tomada de decisões prudentes de modo que conduza a uma vida boa), a Economia (saber prático encarregado da boa administração dos bens da casa e da cidade) e a Política (saber prático que tem por objeto o bom governo da polis).

No bojo da Ética encontra-se a concepção de prudência, a qual é a virtude intelectual que, tendo em conta a finalidade em geral da vida humana (a felicidade individual, familiar ou social), permite satisfazer o bem nas situações concretas e orientar a ação. Segundo Aristóteles, os momentos constitutivos da prudência, além de sua

⁽³⁾ Para uma maior compreensão do conceito de prudência ao longo da História da Filosofia, pode-se recorrer ao verbete “prudência”, no dicionário de filosofia de Otfried Höffe.

⁽⁴⁾ Os saberes teóricos se ocupam de averiguar o que são as coisas, o que ocorre de fato no mundo e quais são as causas objetivas dos acontecimentos. São saberes descritivos: mostram o que há, o que é, o que sucede. As diversas ciências da natureza - como a Física, a Química, a Biologia, a Astronomia etc. - são saberes teóricos na medida em que buscam mostrar como o mundo é.

⁽⁵⁾ Os saberes poiéticos são aqueles que servem de guia para a elaboração de algum produto, de alguma obra, algum artefato útil (como uma roda para tecer fios) ou simplesmente um objeto belo (como uma escultura, uma pintura ou um poema).

⁽⁶⁾ Os saberes práticos são aqueles que tratam de orientar sobre o que se deve fazer para conduzir a vida de um modo bom e justo, como se deve atuar, que decisões são as mais corretas em cada caso concreto para que a própria existência como um todo seja considerada boa.

orientação ao bem viver - a aptidão para formar um juízo justo nos casos concretos da ação, são: a reflexão deliberante (*euboulia*), que pensa o fim concreto e reflete sobre as alternativas, as formas de realização, as possíveis conseqüências e as considerações de oportunidade. Assim, prudência seria a capacidade, propiciada pela virtude, de um agir conduzido pela reflexão racional em todos os casos individuais.

Portanto, decisões prudentes são aquelas que levam em consideração quais são os fins, os valores, o hábito, a liberdade e responsabilidade de uma ação, para que, a partir daí, se possa escolher que rumo tomar, que ação realizar. Como já foi mencionado anteriormente, o termo “ética” provém do grego *ethos*, que admite os significos “caráter”, “modo de ser”; então, quando se diz que a ética ensinaria a tomar decisões prudentes, estas somente se tornam possíveis para um indivíduo - ou organização - através do seu *ethos*, do seu “modo de ser”. Mencionado de outra maneira, significa que quase todas as ações, tanto dos indivíduos quanto das instituições, são ações morais, e estas refletem o caráter do agente, e é isto - este caráter - que a ética busca aprimorar para que este tome decisões prudentes.

1.3 - A formação do caráter

Estabelecido o que seriam decisões prudentes, a ética aparece como um conhecimento que incita os seres humanos a construir um bom caráter para que façam boas escolhas. Por *caráter* pode-se entender “o conjunto de traços particulares, o modo de ser de um indivíduo, ou de um grupo (...)”⁷; e o caráter que um indivíduo possui é decisivo para sua vida, pois é nele que repousa o centro último das suas decisões. Como disse Heráclito de Éfeso: “o caráter é para o homem seu destino”, uma vez que, conforme o caráter que

⁽⁷⁾ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo Dicionário Básico da Língua Portuguesa*, p. 128.

um indivíduo tenha, enfrentará a vida com ânimo ou não, com otimismo e esperança ou com pessimismo e amargura.

Não há dúvida que as circunstâncias também influem no caráter. As pessoas nascem com uma determinada constituição genética e psicológica - que não é escolhida por elas - e em um contexto social específico. Assim, os indivíduos em sua origem possuem determinadas características que não escolheram, mas, diferente dos animais, os seres humanos podem modificar ou mesmo reforçar esta herança, escolhendo o próprio caráter - mesmo que nesta tarefa se encontrem sumamente condicionado. A esta possibilidade de escolher o próprio caráter, dar-se-a o nome de liberdade⁸, e admitindo que os indivíduos estão condenados a serem "livres" e a ter que escolher, é mais interessante que se esforcem para fazer boas escolhas para si próprios. Pode-se agora perguntar como se forja um caráter que proporcione decisões prudentes; na resposta a este problema encontram-se os fins, os valores e os hábitos.

1.4 - Fins

Na formação de um caráter deve-se perguntar, em primeiro lugar, qual é a meta que se deseja alcançar com as ações, qual é o fim que se quer perseguir ao longo da existência. Assim, o que se entende por objetivo último ou finalidade remete ao conjunto da praxis humana, o que equivale a dizer que uma indagação dos fins deve estar atenta às condições naturais e sociais da situação e do entorno, às suas regras e normas, seus valores ou ideais, que apresentam certos fins como possíveis, desejáveis ou proibidos.

Portanto, na formação do caráter a primeira pergunta a ser feita se refere aos fins que se deseja alcançar; mas é preciso sempre levar em consideração não apenas os fins imediatos, mas aquele - ou

⁽⁸⁾ Não é objetivo deste artigo discutir os vários significados assumidos pelo termo liberdade ao longo da história da filosofia.

aqueles - pelo qual optou-se por toda a vida. Quando se determina aquele que será o fim último ao qual as ações devem conduzir, torna-se necessário selecionar alguns fins intermediários, para que por meio deles seja possível alcançar a finalidade principal da existência. Além do mais, na realização das ações deve-se escolher entre diferentes valores e surge assim outro problema, i. e., quais são os valores que devem conduzir às ações.

1.5 - Valores

Quando se afirma que na formação de um caráter é preciso estabelecer em primeiro lugar qual o fim último a ser alcançado, também se aceita que devem existir certos valores que norteiem a conduta para se obter aquele objetivo. Porém, o que são estes valores?

Denominam-se “valores” o conjunto nem sempre específico de termos que denotam entidades abstratas, ou seja, que não são objetos. São exemplos de valores: paz, justiça, felicidade, bem, liberdade, igualdade, solidariedade, honestidade etc.; todos estes são valores aos quais as pessoas decidem aderir ou não. A constatação da existência de valores implica na admissão do fenômeno universal da valoração. O ser humano sente algo como valioso porque precisa de determinados bens para sobreviver; sendo dotado de pensamento e linguagem, é capaz de formular juízos sobre o meio, aspirando (intencionalmente) ao que lhe parece ser valioso. A própria valoração se apresenta como um momento de estimativa emocional: para um faminto, o pão parece mais importante - mais valioso - do que um livro. Conseqüentemente, a estimativa emocional será inseparável da percepção e da aspiração voluntária. O preferir e recusar certos bens são ações ao redor das quais se organiza, em cada pessoa, uma hierarquia de valores (*ordo amoris*), dominada por um bem supremo a respeito do qual os demais adquirem uma significação instrumental ou a este se agregam como aspectos parciais.

Os valores particulares de um indivíduo (critério subjetivo) sempre estão relacionados com valores sociais (critério social), pois cada pessoa confronta-se com as demais na satisfação de suas necessidades. Por outro lado, a sociedade cria determinadas representações de valores que devem regular a satisfação das necessidades. Estes se apresentam ao indivíduo como algo reconhecido pela coletividade, e imposta na forma de obrigações e proibições. Mediante tal situação, o indivíduo aprenderia a distinguir o que lhe parece estimável e o que deve considerar valioso. A preponderância dos valores sociais é comprovada pela experiência contida nos costumes, assim como pelo peso do consenso; em contrapartida, o indivíduo pode reivindicar a primazia da consciência e da convicção pessoal. Portanto, as valorações pessoais e sociais significam uma tomada de posição a respeito de certos bens, em uma determinada situação.

Com os valores que norteiam as ações já escolhidos, estando consciente de que fim o indivíduo deseja alcançar, ainda resta mais um elemento para que se forme o caráter: o hábito moral.

1.6 - Hábito moral

Após escolher qual será o objetivo último a ser perseguido e quais valores nortearão a conduta, pode-se perguntar como ocorre esta relação no dia-a-dia. Ao se levar em conta que quase todas as ações realizadas pelos indivíduos são morais, e que seria necessário refletir sobre todos os atos para que estes sejam realizados da melhor maneira possível, é mister observar que se despenderia muita energia ao pensar qual seria a melhor forma de, por exemplo, subir uma escada. Então, assim como se incorpora ao caráter do indivíduo a maneira de subir escadas, deve-se incorporar ao seu modo de ser quais são os fins que este pretende alcançar e quais valores serão levados em consideração nesta busca. Hábito moral é isto, ou seja, introjetar o que se busca e quais os valores que nortearão as ações, incorporando-os ao agir do indivíduo.

Entretanto, tal não significa que o indivíduo se converterá em um autômato, que sempre escolhe os mesmos meios, sem nenhuma capacidade de inovação, pois alguém que agisse desta maneira seria incapaz de adaptar-se às mudanças sociais e técnicas, carecendo de criatividade, características estas - capacidade de adaptação e criatividade - indispensáveis para a vida humana.

De tudo o que foi exposto até agora, conclui-se que a ética, em um primeiro sentido, é um tipo de saber prático preocupado em averiguar qual deve ser o fim da ação de um indivíduo, para que este possa decidir que hábitos deve assumir, como ordenar as metas intermediárias, quais são os valores pelos quais se orientará, que tipo de caráter deve incorporar com o objetivo de trabalhar com prudência, ou seja, tomar decisões acertadas. É bom lembrar que como os seres humanos podem escolher entre cursos de ação diferentes, são livres para atuar em um sentido ou outro. Demonstra-se então que a liberdade é um elemento indispensável no mundo ético, e que se encontra estreitamente ligado à responsabilidade, pois quem tem a possibilidade de escolher entre um modo de agir e outro é responsável pelo que escolheu - tem que responder pela sua escolha. Muitas vezes, é o próprio autor da ação quem avalia suas escolhas e responde por elas diante de si mesmo; porém, quando estas escolhas têm um impacto social, ele tem que responder perante a sociedade e, portanto, medir muito bem suas conseqüências.

Retornando ao início desta exposição, a ética não visa somente ensinar a tomar decisões prudentes, mas também aquelas moralmente justas, e é este último aspecto que será analisado na seqüência.

1.7 - Tomar decisões moralmente justas

De acordo com o que foi exposto, parece que um indivíduo atuará de forma eticamente adequada quando perseguir racionalmente suas metas, respeitar os valores de sua comunidade e o que

esta considera como direitos - sejam estes quais forem. É neste sentido que estando o indivíduo inserido em uma determinada sociedade, e buscando agir com prudência, pode-se perguntar se somente isto é suficiente. Na busca da “felicidade”, não só a prudência entraria no seu escopo, mas também deve-se avaliar se as ações realizadas são ou não moralmente justas. Disto resulta que é possível inquirir quando – em que circunstâncias - uma pessoa tomará decisões racionalmente justas.

Em resposta a esta pergunta pode-se afirmar que não basta respeitar as leis vigentes, mesmo que o direito em uma sociedade seja um conjunto de regras que foram promulgadas de forma legítima, seguindo os procedimentos estipulados por ela. Desta forma, se uma norma foi promulgada seguindo procedimentos legítimos, ela se transforma em uma norma jurídica, o que acarreta seu cumprimento por parte de toda população, e sua exigência é legal por parte das autoridades competentes. Mas, mesmo que uma norma tenha sido promulgada seguindo os procedimentos legais isto não significa que ela seja justa, visto que pode haver direito injusto. Pode-se utilizar como exemplo a Alemanha nazista, ou o regime do apartheid na África do Sul, ou mesmo o Khmer vermelho no Camboja. Em todos estes casos, os regimes que detinham o poder promulgaram normas legalmente válidas; porém, aos olhos do restante da humanidade eram inadmissíveis. No caso dos nazistas, estes foram julgados ao término da Segunda Guerra Mundial, em Nürenberg, não pelo direito alemão (criado pelo III Reich) mas por um “novo” direito internacional que apelou para o argumento de “crime contra a humanidade”.

Assim, é importante distinguir entre o direito positivo (vigente em um determinado país) e uma moral crítica universal⁹, que valendo-se de critérios morais poderia questionar, e mesmo condenar, normas jurídicas vigentes. Um exemplo disto (grosso modo) é a carta dos Direitos Humanos, que é desrespeitada pela maior parte dos

⁽⁹⁾ Sobre este assunto, ver Adela Cortina, *Ética mínima*.

governos do mundo, seja mediante leis que se chocam com a carta, ou por intermédio de sistemas que ocultariam o desrespeito.

Outro aspecto que se deve levar em consideração na tomada de decisões moralmente justas se refere à moral social vigente, que, assim como o direito, muitas vezes não é justa. Um exemplo claro disto pode ser observado em países onde existe uma determinada religião predominante, e seus praticantes perseguem e oprimem crentes de outras religiões, argumentando que é justo que isto seja feito. Outro exemplo se refere a perseguição realizada contra pessoas que têm opções sexuais diferentes dos considerados normais e que, por este motivo, sofrem todo tipo de discriminações e perseguições. Nestes dois exemplos o que se pode notar é um grupo dominante, ou melhor, a moral social vigente impondo seus valores sem que estes sejam debatidos e criticados para se aferir a sua razoabilidade.

Portanto, para que se possam tomar decisões moralmente justas é necessário que se atenda ao direito vigente, às convicções morais da sociedade, porém sem esquecer de averiguar quais valores e direitos devem ser racionalmente esperados por toda a humanidade, pois, do contrário, podem-se executar ações legais, socialmente aceitáveis (na sociedade onde esta se realizou), mas que são totalmente injustas.

Assim, a ética é o saber que busca orientar as pessoas e instituições a agir de maneira adequada, ou seja, de forma prudente e justa. É importante lembrar que nenhuma pessoa cria seu caráter a partir do nada, mas, ao contrário, é influenciada pelas diversas concepções com que tem contato (religiosa, filosófica, tradições sociais etc.¹⁰), que de algum modo procuram nortear a formação de um "bom caráter". A seguir examinar-se-á o mundo das organizações e como a visão aqui apresentada do que seria a ética se faz necessária nele.

⁽¹⁰⁾ Neste artigo não se tratará das diversas concepções morais existentes.

2 - O MUNDO DA ÉTICA E AS ORGANIZAÇÕES

Antes que se inicie a discussão sobre a necessidade da ética para as organizações, é de bom alvitre apresentar a conceituação e um breve histórico da evolução destas últimas, para que se torne apreensível a atual situação em que se encontra no mundo hodierno.

Pode-se definir organização como "(...) um sistema administrativo projetado e operado para atingir determinado conjunto de objetivos"¹¹. Outra definição afirma que "(...) é uma combinação de esforços individuais que tem por finalidade realizar propósitos coletivos. Além de pessoas, as organizações utilizam outros recursos, como máquinas e equipamentos, dinheiro, tempo, espaço e conhecimentos"¹². Assim, ao adotar-se estes conceitos de organização, é possível aplicá-los a muitos fatos históricos da humanidade. Poder-se-ia considerar como uma organização as cidades-estados gregas, o Império de Alexandre, o Império Romano, a Igreja Católica na Idade Média, a Companhia das Índias, a própria colonização patrocinada pelos países europeus etc. Ao longo da história, algumas formas de organização estabelecidas sobre o uso da força desapareceram; enquanto surgiram outras, como alguns estados nacionais, as ongs, empresas com fins lucrativos etc. que apoiaram-se em diferentes bases.

Dentro da atual situação na qual se encontram as organizações, é importante recordar que nossa época é fruto da filosofia iluminista, da qual herdou, em boa medida, a crença de que os seres humanos alcançariam a felicidade na modificação da sociedade, mediante o reconhecimento e aplicação da *autonomia* das pessoas (capacidade de cada indivíduo de reger-se por suas próprias leis), da *civildade* dos cidadãos (virtude pela qual se tornam responsáveis pela vida pública), da *legitimidade* das leis (promulgadas levando em

(11) Thomas S. BATEMAN, Scott A SNELL. *Administração*. Prentice Hall do Brasil, 1998.

(12) Antônio C. A. MAXIMIANO. *Introdução à administração*. São Paulo: Atlas, 1995. pag. 25.

consideração o que todos e cada um dos cidadãos poderiam querer), da *justiça* das instituições (princípio de imparcialidade que não faz distinção entre as pessoas), e da *tolerância* entre religiões (respeito a diversidade religiosa). Ocorre que a crença iluminista nestas concepções somente em alguma medida foi alcançada ao longo destes dois séculos, e o mundo não teria ainda atingido a concretização destas esperanças.

Com a globalização da informação e do mercado financeiro patrocinado pelas empresas que buscam novos mercados, poder-se-ia aventar a hipótese de que não seriam os Estados, mas sim as empresas (enquanto organizações) as responsáveis pela realização das esperanças iluministas. Esta tese se apóia na afirmação de que a economia, como atividade humana, não funciona com medidas a curto prazo, porém a médio e longo prazo; estando as empresas inseridas nesta dinâmica, também necessitam programar-se a longo prazo para poderem se desenvolver¹³. Então, para estabelecer as bases que proporcionariam o pleno desenvolvimento das empresas, seria necessário, em primeiro lugar que se buscasse alcançar, de uma maneira mais completa, os objetivos da época das luzes.

É dentro deste panorama que a ética poderia orientar as ações das organizações como um todo, ou seja, as ações das empresas, dos governos, das ongs etc. Assim, tendo em vista o conceito de ética aqui apresentado, as empresas e instituições acabariam incorporando um caráter que pode ser percebido tanto pelos seus membros como por aqueles que têm contato com a organização. Admitindo-se estas teses, a pergunta que surge é: que tipo de hábito, de caráter é desejável uma empresa ter?

O objetivo final das organizações é sem dúvida um *fim social*. Toda organização é criada para proporcionar alguns bens para a sociedade, em virtude dos quais é legitimada sua existência. Diferente dos indivíduos, cuja existência não necessita de legitimação, as instituições têm que cumprir as suas finalidades sociais para

⁽¹³⁾ Sobre este assunto, ver Amartya Sen, *Sobre ética e economia*.

sobreviverem e serem aceitas. Mas no caso das empresas não produzirem o que se espera delas, a sociedade teria o direito de reclamar estes bens e, por último, de não mais legitimá-las¹⁴.

Os atos praticados pelas empresas também são avaliados quanto à sua liberdade e responsabilidade, as instituições teriam uma inegável responsabilidade social, não só porque as suas ações repercutem na sociedade, mas também porque os fins que elas perseguem são sociais. De forma análoga ao indivíduo, seria uma necessidade fundamental para as organizações possuir um caráter evidente para aqueles que se relacionam com elas. As empresas portanto devem criar hábitos que possam ser aprovados por toda a sociedade¹⁵, o que incluiria os acionistas, diretores, funcionários, fornecedores, consumidores, governo etc.

3 - POR UMA ÉTICA EMPRESARIAL

A meta da atividade empresarial é a satisfação de necessidades humanas, e é neste sentido que a ética dos negócios teria por valores a qualidade dos produtos e da gestão; o melhor exemplo de que isto já existe seria a criação de indicadores de qualidade na qual claramente é demonstrado o aumento da preocupação da sociedade tanto com os bens consumidos quanto com o impacto que a produção destes bens causa ao planeta.

A presteza nos serviços, o mútuo respeito nas relações internas e externas da empresa, a preocupação com a qualidade, a solidariedade ao grupo, a criatividade, a iniciativa e o espírito de risco

⁽¹⁴⁾ Para as empresas a não legitimação poderia, em último caso, implicar na recusa de seus consumidores de adquirirem os bens e serviços por ela oferecidos à sociedade, o que por fim poderia a "morte" da empresa.

⁽¹⁵⁾ Esta formulação não deixa de ser tributária do conhecido *imperativo categórico* de Kant: "Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal." (*Fundamentação da Metafísica dos Costumes*).

são formas que a empresa exibiria, ou não, um agir ético, determinando o modo pelo qual a sociedade se beneficiará da sua existência.

Desta forma, existiriam algumas características inerentes ao que seria uma ética empresarial, a saber:

- 1) *se refere às relações externas e internas da empresa*, ou seja, com seus clientes, fornecedores, o poder público, seus funcionários de modo geral etc.
- 2) *é um modo de resolver moralmente conflitos de ação*: a necessidade de considerar diferentes cursos de ação e chegar à decisões eticamente justificadas seria o modo de entender a reflexão moral aplicada ao mundo dos negócios.
- 3) *no contexto de uma ética das instituições* deveria contar com os seguintes elementos:
 - a) A empresa é, em primeiro lugar, um *sistema de valores*, com potenciais que afloraram mediante uma cultura corporativa;
 - b) As instituições e as empresas devem definir suas *finalidades* e seus *valores* que as identificarão;
 - c) A ética é uma exigência dos *sistemas abertos*. Nos sistemas fechados o moral se identifica com o legal, ao passo que nos sistemas abertos, desregulados, o homem necessita de normas de comportamento que descasem em valores institucionais, e neste caso, das empresas. Tais normas, encarnadas na conduta, comportariam uma *cultura empresarial*;
 - d) A ética seria eficiente, *inter alia*, porque reduziria custos de coordenação externa e interna na empresa;
 - e) A cultura própria da empresa permitiria diferenciá-la frente aos competidores;

Estes diversos traços vão compondo o que se denominaria *cultura empresarial*, que, por sua vez, seria a expressão de uma

ética peculiar às empresas. Novamente deve-se levar em consideração o fato da *atividade empresarial ter uma finalidade social*, de modo que as atitudes necessárias para alcançar sua meta são *atitudes morais*, e estas hoje seriam moduladas sobre a base de uma *ética universal*, para a qual tanto os membros da empresa quanto os consumidores estão habilitados por serem *agentes morais*.

Assim, as características de uma ética empresarial poderiam ser esboçadas a seguir:

1. Não seria uma ética da convicção, mas sim uma ética da responsabilidade pelas conseqüências das decisões que se tomam. O que não significa optar pelo pragmatismo, mas recordar que é preciso levar em conta as conseqüências das decisões para aquela finalidade pela qual a empresa existe, que consistiria na satisfação das necessidades humanas.
2. Posto que a atividade empresarial teria uma finalidade, que a legitima e da qual retira todo o seu sentido, os consumidores seriam agentes morais e uma ética da empresa exigiria que se tivesse em mente seus interesses, mediante mecanismos efetivos de participação;
3. Os membros da empresa também seriam agentes morais, cujos direitos teriam que ser respeitados no mesmo nível que uma consciência moral individual atuaria; assim, ficariam definitivamente ultrapassadas as práticas desumanas e as humilhações em relação aos subordinados e mesmo entre iguais;
4. Os membros da empresa também teriam que cumprir com suas obrigações e *co-responsabilizar-se* pela marcha da mesma; a cooperação substituiria o conflito, e a co-responsabilidade sucederia a apatia;
5. Uma empresa moderna deveria se ater a um marco pós-convencional de justiça, não só legal, mas antes de mais nada moral.

O propósito deste texto tem sido, até o momento, discutir a importância e a viabilidade de uma ética aplicada às necessidades sociais e empresariais, de um ponto de vista filosófico; isto significa, pois, assumir que estas sejam convergentes e possam compartilhar de princípios éticos similares.

Tal posição teórica implica em uma série de questões, apenas tangenciadas no presente artigo, e que de alguma forma também remeteriam ao centro das preocupações que ocasionaram esta análise, na qual buscou-se uma interação interdisciplinar entre filosofia e administração. Ainda assim, procurou-se esboçar a base filosófica para o desenvolvimento de um projeto de ética empresarial em moldes universais, constituída pelos pressupostos centrais que foram elencados.

Contudo, para a realização detalhada da proposta inicial seria preciso um labor teórico de envergadura muito superior ao que foi exposto; fica a esperança de pelo menos ter sido lançada a pedra fundamental para um trabalho que na atual conjuntura parece inadiável.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1.973.
- BATEMAN, Thomas S., SNELL, Scott A. *Administração*. Prentice Hall do Brasil, 1.998.
- CORTINA, Adela. *Ética mínima*. Madri: Tecnos, 1.996.
- CORTINA, Adela, e MARTÍNEZ, Emilio. *Ética*. Madri: Akal, 1.998.
- FRANKENA, William K. *Ética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1.975.
- HÖFFE, Otfried (ed.) *Diccionario de ética*. Barcelona: Crítica, 1.994.
- KANT, Emmanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1.973.

- MAXIMIANO, Antônio C. A. *Introdução à administração*. São Paulo: Atlas, 1995.
- NOWELL-SMITH, P. H. *Ética*. São Paulo: Bestseller, 1966.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e sociabilidade*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____ *Ética e economia*. São Paulo, Loyola, 1995.
- PIEPER, Annemarie. *Ética y moral: una introducción a la filosofía práctica*. Barcelona: Crítica, 1.991.
- RAPHAEL, D. D. *Filosofía moral*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1986.
- SEN, Amartya Kumar. *Sobre ética e economia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- SINGER, Peter. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 1973.